

Parlamentarista só se pergunta quando mudará

JOAO EMILIO FALCAO Da Editoria de Política

O sistema de gabinete já está com sua aprovação garantida pela Comissão de Sistematização, mas ninguém é capaz de prever se sua implantação se dará de imediato ou ao término do governo do presidente Sarney. Os parlamentaristas esperam ter um mínimo de 50 votos em 93, mas já admitem a possibilidade de obterem até 60.

Hoje, pela manhã, os parlamentaristas farão reunião para examinar as diversas emendas apresentadas e sua harmonização. A tendência é partir para a adoção de um sistema mais clássico, com a retirada de alguns poderes atribuídos ao Presidente da República no substitutivo Bernardo Cabral.

REFORMULAÇÃO

Entre as várias conclusões do encontro de ontem na Comissão de Finanças, a mais importante foi a de estabelecer, desde logo, que a eleição do Presidente da República será em dois turnos e ambos pelo sistema direto. Eles acham perigoso manter a possibilidade de indireta no segundo turno, como está na proposta Cabral. No processo de aprimoramento do sistema, os parlamentaristas querem a retirada do direito de o Presidente demitir o primeiro-ministro ouvido apenas o Conselho da República. Os parlamentaristas não concordam, também, que seja encaminhado requerimento de informações aos ministros de Estado através do

presidente da República. Faz parte da essência do sistema, o contato permanente entre ministros e o Congresso.

Acham ainda que algumas alterações precisam ser feitas no sistema híbrido idealizado por Cabral. Entre elas, por exemplo, a de eleição de novo Presidente para completar o mandato. Não há isso no parlamentarismo. Na hipótese de morte ou impedimento durante o mandato, será eleito, iniciando-se um novo período.

Não temem os parlamentaristas que a eleição do Presidente da República pelo voto direto ponha em risco o próprio regime. Isso não ocorre em outros países e não há porque acontecer no Brasil. A decisão de que os dois turnos serão no sistema direto foi aprovada ontem por unanimidade. Acham que, na prática, isso facilitará porque exigirá dos candidatos uma composição suprapartidária para a disputa do segundo turno.

Resolveram os parlamentaristas, reunidos ontem na Comissão de Finanças do Senado, adiar a discussão sobre a implantação do sistema e o mandato do atual Presidente da República até que a Comissão de Sistematização aprecie as disposições transitórias. A opinião unânime foi de que os dois turnos somente dividirão o grupo e o importante é, agora, garantir a aprovação da mudança do regime no corpo permanente da nova Constituição.

Assembléia aplaude o Estado de Minas

A Assembléia Legislativa de Minas, nos termos de requerimento de convocação assinado por 75 dos 76 deputados que integram seu plenário, aprovou a realização de uma reunião especial em homenagem ao jornal Estado de Minas. O documento já foi deferido pela presidência da casa, de conformidade com o item XXV do artigo 227 do Regimento Interno, devendo a data da sessão ser fixada nos próximos dias.

A justificativa da iniciativa destaca que "os Diários Associados, pela variedade de seus veículos de comunicação, têm contribuído grandemente para a informação e a formação da opinião pública em Minas e no Brasil. A consciência que têm de suas responsabilidades de órgãos de

comunicação social lhes tem valido respeito e prestígio junto ao povo".

Este desejo de bem servir, prossegue, inspirou, recentemente, o lançamento do caderno intitulado Política & Administração, do jornal Estado de Minas. O nome do encarte já diz o bastante da utilidade que representará para governantes, administradores, homens públicos em geral e o povo, pois este é o destinatário final dos atos políticos e administrativos.

O requerimento objetivando a homenagem da Assembléia foi assinado por todos os líderes partidários e integrantes da Mesa Diretora, à exceção obviamente, do presidente Neif Jabur, a quem o documento foi dirigido.

Sistematização precisa de 9 meses

Esta é a previsão para votar os 331 artigos do substitutivo

MARIA LIMA Da Editoria de Política

A Comissão de Sistematização levará quase 9 meses para concluir a votação do projeto de Constituição, se o ritmo de trabalho atual não for alterado. Esta projeção é feita em cima do cálculo dos dispositivos que já foram apreciados até agora e os que ainda estão pendentes. Nestes primeiros 13 dias de atuação da Sistematização, foram votados apenas 5 artigos das primeiras três páginas, sendo que para discutir e votar os 331 artigos das 60 páginas restantes, no mesmo compasso, os constituintes gastariam exatamente 260 dias. Confiante no funcionamento do painel eletrônico e dos acordos para retirada de destaques, o líder do PSB Jamil Haddad cre, entretanto, que este prazo pode cair para, no mínimo, 2 meses.

Indignados com a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de remeter o projeto já no dia 05 de novembro para o plenário da Assembléia, esteja votado ou não na Sistematização, todos os líderes de partidos se mobilizavam ontem no sentido de redigir um documento conjunto de repúdio e não-aceitação da ideia.

A posição dos líderes é que o trabalho de discussão do projeto nesta etapa é extremamente importante e servirá inclusive para facilitar a votação posterior. O que for aprovado na Comissão já estará 99% resolvido para o plenário, observa Gaston Righi, líder do PTB, alertando para a possibilidade de crises na Constituinte caso o projeto passe a diante sem ser votado integralmente.

Uma Constituição não tem de ser sintética nem obrigatoriamente rápida, elas devem ser essencialmente justas, reage o vice-líder do PDT, Lysáneas Maciel, que confirma a decisão do seu partido de rejeitar violentamente a tese de intervenção dos trabalhos da Comissão de Sistematização antes que o processo de votação seja esgotado.

O líder do PFL, José Lourenço, era ontem o mais exaltado com a decisão do presidente da Constituinte de não conceder mais de 20 dias para o término dos trabalhos da Sistematização. Ele prometeu, se preciso, radicalizar. "Já há um entendimento de todos os líderes no sentido de recorrer contra esta decisão. Se chegarmos no dia 5 de novembro sem concluir a votação, a Comissão de Sistematização simplesmente não entrega o projeto para que siga ao plenário. Queremos votá-lo até o fim".

CRISE DOS 75

Outra unanimidade entre as cúpulas ontem era que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é o principal responsável pelo atraso dos trabalhos, além de ficar o tempo todo pressionando os membros da Sistematização. De acordo com o deputado José Genoino do PT, por exemplo, só antontem Ulysses se preocupou em providenciar a adaptação do painel eletrônico de votações, o que agilizará em muito o processo na Comissão.

— Por que esta rigidez com os prazos? Nós temos que atropelar o processo só

por que o senhor Ulysses Guimarães tem pressa, pois está preocupado com seus 75 anos? — questionava Lysáneas Maciel.

— Há neste exagero do Ulysses com os prazos mistérios políticos subjacentes que só num esforço de imaginação se poderia captar — completava Gaston Righi.

Já na opinião de José Genoino, a grande preocupação do presidente Ulysses Guimarães é que a crise política se aprofunde com a demora na aprovação do novo texto constitucional. Até mesmo dentro do PMDB a reação contra as posições do presidente da assembléia é grande. O ex-líder do partido, Pimenta da Veiga, diz que mais 20 dias de prazo para a Sistematização fatalmente serão insuficientes. "Devemos agilizar os trabalhos, ou com votação global de matérias idênticas ou com a utilização do painel eletrônico, mas devemos concluir tudo aqui na Sistematização".

Ao mesmo tempo que se aprofundava o clima de rejeição às últimas decisões da Mesa, crescia entre Parlamentares o conceito da proposta feita pelo senador João Calmon, de dar início aos trabalhos do plenário da Constituinte para, simultaneamente, apreciar as matérias já votadas na Sistematização. Visto com uma medida séria e viável por Pimenta da Veiga, José Genoino, apolado por outros líderes de partidos, promete trabalhar para que a sugestão seja reconhecida por Ulysses Guimarães. "É nossa única alternativa", diz o petista.



Com tanta confusão, o prazo de 20 dias não satisfaz à Sistematização

Contag teme proibição de penhora

A impenhorabilidade da pequena propriedade — o imóvel de até 25 hectares não pode ser usado para o pagamento de qualquer dívida — aprovada terça-feira na Comissão de Sistematização, conseguiu provocar reações diversas entre os constituintes e mesmo os trabalhadores rurais que, há dois, dias, fazem plantão cívico em frente ao Congresso Nacional. Palra a dúvida de que se, na prática, a proposta constitucional não será uma faca de dois gumes.

O diretor da Contag, Francisco Urbano, acha que a emenda, de autoria do senador Nelson Carneiro (PMDB-BA) vai prejudicar as negociações com vistas a aprovação da emenda popular da Campanha Nacional da Reforma Agrária (CNRA). Argumentou que a reivindicação dos trabalhadores rurais era mais completa já que estabelecia, também, a maneira como o Governo viabilizaria o crédito agrícola para os pequenos produtores. O destaque aprovado não determina como se darão os empréstimos bancários a serem regulamentados em lei.

PROTEÇÃO

O coordenador da Campanha Nacional de Reforma Agrária, Durval Motta, discordou da posição de Urbano. Está convencido de que a aprovação da impenhorabilidade da pequena propriedade irá proteger os pequenos produtores. "Foi mais um avanço na questão da Reforma Agrária", acredita.

Entre os constituintes, também houve divergências. O relator Bernardo Cabral criticou duramente a aprovação da emenda. Segundo ele, a propriedade rural não pode ser considerada bem de família. "A impenhorabilidade irá prejudicar o acesso já difícil do pequeno produtor ao sistema bancário".

Defendendo a mesma opinião, o líder interino do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR) afirmou que o partido vai tentar derrubar a impenhorabilidade durante a votação no plenário. "Não se pode determinar a impenhorabilidade num sistema capitalista. Os bancos não irão financiar os pequenos produtores que tenderão a vender suas terras, gerando mais conflito na área rural". Assegurou que a intenção do senador Nelson Carneiro era boa, no entanto, não se pode confundir a tese do bem de família no meio urbano com a impenhorabilidade rural.

BEM DE FAMÍLIA

Durante as discussões realizadas na subcomissão da Questão Urbana, o relator, deputado Ulysses de Oliveira (PMDB-MG), inseriu em seu anteprojeto constitucional a tese do bem de família. Segundo o artigo 3º, toda a moradia adquirida através do uso de crédito ou doação do poder público seria considerada como bem de família, ficando isenta de execução por dívidas, salvo aquelas que provierem dos impostos relativos ao imóvel.

Apesar de ter sido aceito naquela etapa, o artigo não foi aprovado na Comissão da Ordem Econômica, e na última versão do substitutivo do relator Bernardo Cabral, o bem de família também não apareceu.

Em defesa de sua emenda, o senador Nelson Carneiro explicou porque vem lutando pela impenhorabilidade do minifúndio desde 1947. Para ele, essa é a única maneira de se fixar o pequeno agricultor no campo.

Líderes tentam acordo sobre a estabilidade

Com a disposição de tentar pela última vez um acordo em torno da estabilidade, as lideranças partidárias na Constituinte acertaram o encerramento da sessão de ontem da Comissão de Sistematização duas horas antes do horário previsto. Assim, a matéria, que entraria em votação no início da noite, somente será apreciada hoje à tarde. Pela manhã, os líderes discutirão as alternativas para um entendimento.

Ontem, a redação pendida pela liderança do PMDB do substitutivo I — "contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei" — era aceita pelo senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo senador José Richa (PMDB-PR), coordenador do grupo dos 32, de tendência conservadora. Mas havia uma divergência entre a cúpula e os grupos dos dois senadores: em que lugar do texto seria inserida emenda aditiva do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), que prevê que a lei assegure indenização e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

A controvérsia não é meramente formal, e reflete a posição dos diferentes segmentos sobre a estabilidade. Os empresários e o grupo de Richa querem que a proposta de Eymael seja aplicada ao artigo sobre a estabilidade, para que fique garantida a possibilidade de indenização na hipótese de demissão. Como observou Albano Franco, "o princípio da indenização é fundamental para os empresários, que não podem aceitar aceitar ficar terminantemente proibidos de indenizar". Já a liderança do PMDB quer que a emenda do deputado paulista seja enxertada no inciso XVII do artigo 6º do substitutivo II, que elenca a indenização e o aviso prévio como direitos dos trabalhadores. Com isso, segundo vice-líderes, não se estabelecerá relação de causa e efeito entre indenização e estabilidade, pois esta seria de índole de forma autônoma. A ideia foi discutida com Eymael.

No final da tarde de ontem, Albano Franco dizia que naquele momento o acordo só existiria se a indenização ficasse no artigo sobre a estabilidade, mas admitia conversar hoje sobre a outra hipótese. Já Richa declarava: "Estou vendo que não haverá acordo, então decidi o meu voto."

TESTANDO FORÇAS

Na noite da última segunda-feira, a liderança do PMDB decidiu votar contra as emendas que suprimem a estabilidade, e em seguida a favor do Cabral Zero, defendido pelo PT, e que garante esse dispositivo de forma mais ampla. Nestas duas votações, os líderes terão uma avaliação da correlação de forças na Comissão de Sistematização. Rejeitado o Cabral Zero, o que é tido como certo, a liderança votará a favor do substitutivo I, e se este for derrubado, o que é pouco provável, apoiará emenda preparada

Pazzianotto acha confuso

"A última versão do relator Bernardo Cabral sobre a estabilidade no emprego também remete a questão à lei ordinária, mas de uma forma absolutamente imprecisa, causando muitas dúvidas na interpretação, e até de modo a ensejar muitas reclamações trabalhistas quando as dispensas se efetivarem", declarou em entrevista na manhã de ontem o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Na opinião dele, "a Constituição deve ter apenas o

enunciado da garantia no emprego, conforme consta do primeiro anteprojeto, remetendo-se à legislação ordinária os inúmeros problemas deste terreno, que são complexos, como demonstra a experiência que temos acumulada há mais de 40 anos". O Ministro considera "absolutamente indispensável a proteção ao contrato de trabalho", mas ressalva que "esta não pode se transformar numa armadilha constitucional para o empregado ou para o empregador".

— Pra nós isso é muito caro. Nas fábricas todo o mundo só fala em estabilidade, e não vamos correr o risco de nos queimar junto às bases — disse Genoino, avisando que os dirigentes sindicais anotarão os nomes dos constituintes e como terão votado, e divulgarão esses dados em um jornal com tiragem de 5 milhões de exemplares.

Durante toda a tarde de ontem, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, conversou com os líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço (BA) e Carlos Chiarelli (RS), o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), e o líder do FDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA). Como sabe que há dificuldades para o Cabral Zero ser aprovado, a CUT concentra seus esforços no segundo substitutivo, que garante o emprego protegido contra a dispensa imotivada, assim entendida a que não se fundar em contrato a termo, falta grave e justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa.

Meneghelli disse aos líderes que os trabalhadores não podem admitir o princípio da "livre descontração", e que não aceitam o substitutivo I, que remete a questão para a lei. Segundo Meneghelli, Chiarelli vai votar a favor do Cabral 2, Sant'Anna também "é sensível" ao texto do segundo substitutivo e Lourenço e Passarinho comprometeram-se a levar as preocupações da CUT às suas bancadas.

JORNADA

Como presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, afirmou que os empresários estão dispostos a negociar a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, sob a condição de que o período de indenização seja garantido ao empregador.

Carneiro provoca queda de Eglydio

Quando o relator Bernardo Cabral acusou os críticos de seu trabalho de não lerem o texto, não é exagero. Uma prova da razão deste desabafo foi verificada na tarde de ontem, quando o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) ocupou 15 minutos da reunião da Comissão de Sistematização para defender matéria já incluída no substitutivo. A emenda, assinada também pelo deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), propunha assegurar, a todo portador de excepcionalidade, o direito de atendimento médico e clínico voltado à sua habilitação e/ou reabilitação, e ao seu desenvolvimento e integração sociais. Ao longo do texto, os artigos 22 (item II), 225 e 231 cobrem o objetivo da matéria.

Depois de ser criticado pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), pelo "exces-

so de zelo pelos direitos e garantias individuais" e acusado de querer pontilhar a Constituição de normas específicas, "como se ela não fosse um todo de normas", o senador Nelson Carneiro ouviu o testemunho do deputado Eglydio Ferreira Lima (PMDB-PE). Ele subiu à tribuna para se colocar contra a inclusão da emenda no substitutivo, dizendo que a especificidade torna o deficiente um diferente dentro da sociedade.

Eglydio usou seus cinco minutos e garantiu que "a melhor maneira de tratar um deficiente é tê-lo como se ele não fosse deficiente". Ao descer da tribuna, tropeçou e caiu, derrubando a bengala que usa para dar sustentação à perna. Se levantou rapidamente, com ajuda dos deputados Gerson Peres e Gaston Righi, e gritou para o plenário: "E a prova!".

Sessão dura 4 horas e nada muda no texto

A sessão de ontem da Sistematização para a continuação da votação do substitutivo foi a que menos resultados concretos produziu até agora. Das 14h20m às 18h os constituintes analisaram os 121 destaques restantes da lista de emendas para serem incluídas no artigo 5º, "onde couber", mas não aprovaram nenhuma mudança. As 18h10m, o presidente da Mesa, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), suspendeu a sessão, que deveria continuar até as 20h, anunciando que as lideranças decidiram deixar para hoje a votação do artigo 6º, que trata da estabilidade, por ser de uma questão "muito polêmica".

A atitude da Mesa, tomada de comum acordo com as lideranças, opõe-se frontalmente às diretrizes do documento enviado na véspera pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Neste documento, lido por Arinos em plenário, Ulysses recomenda a realização de várias sessões por dia para possibilitar a votação de, pelo menos, 17 artigos diariamente.

As sugestões de Ulysses, recebidas com claro desagrado pelos membros da Sistematização, parecem ter tido o efeito oposto ao pretendido. O calendário de sessões divulgado ontem mantém a realização de uma sessão diária, das 14h30m às 20h30m, de 2ª a 5ª. Sexta-feira será o único dia com duas sessões, das 9h às 13h e das 15h às 20h. No sábado haverá uma sessão, das 9h às 13h.

A sessão começou em ritmo até acelerado, sob a presidência do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ). Nos primeiros cinco minutos, Brandão anunciou nove destaques, considerados prejudiciais pela ausência de seus autores. Foi interrompido pelo deputado José Maria Eymael (PDC-SP), que não conseguia achar os pedidos anunciados na lista distri-

buida pela secretaria da Sistematização, já que eles não tinham sido relacionados em ordem.

A partir daí, a sessão se sucedeu com a lerdeza já peculiar às votações do substitutivo. Mas ao contrário de outras vezes, quando os membros da Sistematização demonstravam interesse na agilização dos trabalhos ao menos na hora de reclamarem o atraso na liberação do painel eletrônico, desta feita ninguém sequer tocou no assunto.

A antecipação do final da sessão não foi a única responsável pela perda de minutos preciosos. Já estão se tornando frequentes os casos de autores de destaques que só se decidem a retirá-los depois dos encaminhamentos de quatro constituintes, dois a favor e dois contra.

Nesta sessão, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), autor de emenda para assegurar ao excepcional assistente médico especializada, só resolveu retirar a proposta depois de todas as explicações, em atenção a um apelo dramático do relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS). "Pelo amor de Deus, retire sua emenda", pediu Fogaça, argumentando que tudo aquilo já estava garantido em outro dispositivo. O acatamento do conselho por Nelson Carneiro provocou um suspiro de alívio no deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Ele observou que aquele era o tipo de emenda que ninguém pode votar. "Não poderíamos votar sim, porque a proposta já estava no texto, e nem não, porque isto nos criaria problemas eleitorais".

DIVERSOS Somente nove emendas chegaram mesmo a ser defendidas. Os constituintes que subiram à tribuna para defender estas matérias tentaram incluir no substitutivo as mais diversificadas novidades, desde a atribuição de uma função social aos veículos automotores, até o fortalecimento